



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 049

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 29, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 33, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.094, de 27 de dezembro de 1983, que "reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências".

Relator: Senador Jorge Kalume

Nos termos do artigo 55, § 1º da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.094, de 27 de dezembro de 1983, o qual dispõe sobre o reajustamento dos vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância.

A medida em tela harmoniza-se com os critérios e diretrizes adotados no Decreto-lei nº 2.079, expedido em 21 de dezembro de 1983, o qual concedeu o reajustamento de 65% (sessenta e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 1984, aos servidores do Poder Executivo.

Eleva, também, o valor do salário-família para Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros) por dependente.

Trata-se, em síntese, de matéria, cuja veiculação mediante decreto-lei se acha prevista no item III do já citado art. 55 da Lei Fundamental, ressaltando-se que o reajuste do pessoal em atividade e inativo da Justiça Federal de Primeira Instância atende ao princípio da paridade de vencimentos a que alude o art. 98 da Carta Maior.

Para fazer face às despesas com a sua aplicação, estabelece o art. 4º do diploma que os respectivos recursos correrão à conta das dotações constantes do Orçamento Geral da União, para o exercício de 1984.

Inexistindo óbice de natureza jurídico-constitucional que se possa opor à medida em exame, opino pela aprovação do seu texto, na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1984-CN

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.094, de 27 de dezembro de 1983, que "reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.094, de 27 de dezembro de 1983, que "reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 3 de maio de 1984. — Deputado **Aluísio Campos**, Presidente — Senador **Jorge Kalume**, Relator — Senador **Passos Pôrto** — Deputado **Assis Canuto** — Senador **Enéas Faria** — Senador **Martins Filho** — Senador **Almir Pinto** — Senador **Mário Maia** — Senador **Alfredo Campos** — Deputado **Theodoro Mendes** — Deputado **Simão Sessim** — Senador **Amaral Peixoto**.

PARECER Nº 30, DE 1984-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 34, de 1984-CN (nº 8, de 1984, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.095, de 27 de dezembro de 1983, "que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências".

Relator: Deputado Hamilton Xavier

O Senhor Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 55 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.095, de 27 de dezembro de 1983, publicado no *Diário Oficial* da União do dia subsequente, que reajusta em 65% (sessenta e cinco por cento) os valores de vencimentos, salários e proventos do pessoal ativo e inativo das Secretarias do

Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal.

2. A Mensagem Presidencial vem acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro Vice-Presidente do Tribunal Federal de Recursos, no exercício da Presidência, que informa estar o texto legal em exame na conformidade com os percentuais, limites e condições estabelecidos no Decreto-lei nº 2.079, de 20 de dezembro de 1983, que reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo.

3. De fato, o texto em exame observa os parâmetros do reajuste previsto para os servidores do Poder Executivo, além do que atende aos pressupostos e requisitos materiais do art. 55 da Constituição.

Ante o exposto, somos pela aprovação do presente decreto-lei, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25 DE 1984-CN

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.095, de 27 de dezembro de 1983, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.095, de 27 de dezembro de 1983, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 3 de maio de 1984. — Senador **José Lins**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Deputado **Hamilton Xavier**, Relator — Senador **Jutahy Magalhães** — Senador **Luiz Cavalcante** — Senador **João Lúcio** — Deputado **Nadyr Rossetti** — Deputado **Milton Reis** — Deputado **Daso Coimbra** — Senador **Aderbal Jurema** — Deputado **Jorge Leite** — Senador **Fernando Henrique Cardoso** — Senador **Pedro Simon**.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

SUMÁRIO

1 — ATA DA 101ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE MAIO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Posicionamento do Presidente João Figueiredo quanto à intocabilidade nas negociações políticas de partes da Emenda do Governo, segundo declarações atribuídas ao Deputado Maluly Neto e veiculadas na imprensa paulista.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Movimento reivindicatório dos bóias-frias de Guariba-SP.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Momento político nacional.

DEPUTADO RENATO VIANNA — Abusos que estariam sendo praticados nas homenagens às vítimas da catástrofe ocorrida em Santa Catarina, em julho do ano passado.

DEPUTADO HERMES ZANETTI — Reivindicações dos professores de Goiás e do magistério federal.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Abertura de encontro sobre a cultura afro-brasileira.

DEPUTADO EPITÁCIO BITTENCOURT — Extensão ao homem do campo dos benefícios concedidos ao trabalhador urbano.

DEPUTADO JOÃO BASTOS — Defesa do Governado Franco Montoro, de São Paulo, face a críticas formuladas à sua administração por parlamentares malufistas.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Pleito da comunidade universitária de São Carlos.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Crise no meio universitário brasileiro. Presença do Ministro Mário Andreazza no Estado do Ceará. Pronunciamento do Governador Gonzaga Mota, do Ceará, responsabilizando a União pela debilidade financeira dos Estados e Municípios.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Envolvimento da bancada federal do PDS gaúcho na nomeação do novo reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO CLEMIR RAMOS — Proposta de reforma social e política para superar a atual crise do País.

1.2.2 — Comunicações da Liderança do PDS no Senado

Substituição de membros em comissões mistas.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa

1.2.4 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Valmor Giavarina e acolhida pela presidência, relativa à inexistência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 102ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE MAIO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO GILTON GARCIA — Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup apontando o alto índice de credibilidade, junto à população, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

DEPUTADO HERMES ZANETTI — Considerações sobre a vida política do Paraguai.

DEPUTADO NELSON WEDEKIN — Greve nacional dos professores universitários.

DEPUTADO DJALMA BESSA — Esclarecimento a respeito da nomeação do novo reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo em vista discurso pronunciado pelo Sr. Jorge Uequed, na sessão matutina do Congresso Nacional.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Conclamando a Oposição e Parlamentares adeptos das "diretas já", a prosseguirem na campanha do restabelecimento do voto direto para Presidente da República.

DEPUTADO SINVAL GUAZZELLI — Observação ao discurso do Deputado Djalma Bessa, proferido na presente sessão. Posição do PMDB em torno do tema das "diretas já".

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Considerações sobre o assunto objeto do discurso do Deputado Wilmar Palis.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Reparos ao discurso do orador que o antecedeu na tribuna

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Delegação Legislativa nº 5, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia. **Rejeitado.** Ao Arquivo.

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 101ª Sessão Conjunta, em 17 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Odacir Soares

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edisson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS.

Piauí

Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS;

Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB;

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiúza — PDS; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Denisar Arneiro — PMDB; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib —

PMDB; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Paulo Marques — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Irajá Rodrigues — PMDB;

Irneu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 217 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por mais que tenha intenção de confiar na palavra o meu amigo e ex-colega na Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Maluly Neto, não posso acreditar nas notícias dadas por S. Ex.^a aos jornais de que o Presidente da República colocou um paradeiro nas negociações afirmando que não reduz o prazo do próximo mandato de Presidente da República nem tampouco admite que se altere o Código Eleitoral, ou que se dê outra aceitação à luta que vimos travando nesta Casa.

Ora, então não há o que negociar. O Presidente mandou a esta Casa uma proposta para ser discutida, para ser emendada, porque todas as proposições para cá enviadas estão sujeitas a emendas, a aprimoramentos. E no momento em que toda a Nação, de Norte a Sul, nos diz que deseja eleições diretas já, o Governo quer um período de transição, quer mudar aos poucos, talvez para limpar as gavetas, para acomodar algumas proposições, alguns interesses, o que não vamos discutir aqui mas o fato é que não podemos aceitar uma imposição dessa ordem. S. Ex.^a não pode dizer: podem discutir à vontade, só que não abro mão do prazo nem tampouco do Colégio Eleitoral. Ora, não é isto. Queremos realmente discutir com o Presidente da República, queremos discutir aqui dentro, aprimorar a maneira como vamos eleger o seu sucessor, a maneira como vamos atender ao povo.

A corda está para arrebentar. No meu Estado, o desespero dos bóias-frias, dos homens da zona rural já chegou ao extremo. Várias cidades já estão estourando. Por quê? Porque aquela gente não está ganhando nem para comer, nem para sua subsistência. Às vezes me coloco no lugar de um trabalhador que não ganha o suficiente nem para a alimentação, quanto mais para remédios e outras necessidades. Esse homem deve ter a cabeça perturbada, e isto está atingindo todos. Agora não é mais o homem simples, apenas já é o homem da classe média baixa e da classe média alta. Se evoluir este quadro, daqui a pouco teremos um confronto não do Executivo com o Legislativo, mas da Nação, um confronto daqueles que estão sofrendo, que estão perdendo tudo.

E a única esperança é esta Casa. Ora, estamos preparando. Apresentamos emendas, para aprimorar a proposta enviada pelo Sr. Presidente da República. Não queremos acreditar nas notícias veiculadas pelo Deputado, meu amigo, Maluly Neto, de que o Presidente disse aquilo. Se disse, deve tê-lo feito de outra forma, que não foi bem entendida. Porque esta Casa vai reformular, vai dar ao povo eleições diretas já.

Não adianta discutir. Os Deputados que votarem contra a emenda de diretas já não voltarão mais para esta

Casa. É preciso que o PDS acredite nisso. A nossa campanha, no futuro, será violenta. Vamos dizer ao povo que não pode votar nos parlamentares que não atenderam às aspirações de toda a Nação. O PDS vai-se desmanchar nas próximas eleições. É preciso medir bem isso, é preciso alterar isso. Precisamos atender ao povo, porque esta é a razão de nossa presença aqui. O povo tem esperança de que esta Casa se levante, de que esta Casa seja o porta-voz de todas as suas aspirações.

Não podemos continuar assim, recebendo informações truncadas que chegam aos noticiários de rádio e televisão, dizendo que o Presidente da República não quer negociar. Acredito que o Presidente da República quer negociar. Ele é bom brasileiro, é filho de um homem que honrou esta Casa. S. Ex.^a sabe que aqui é que se trava o debate das idéias, aqui é que se dá o aprimoramento das proposições, de acordo com os interesses da Nação.

Portanto, deixo aqui registrada a minha crença de que o Presidente da República não disse isso, realmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, vêm repercutindo no Congresso Nacional os lamentáveis acontecimentos ocorridos nos últimos dias em Guariba, conhecidos como a rebelião dos “bóias-frias”.

Em visível manobra política, buscando dividendos, colegas nossos, vinculados ao PDS, vêm explorando ditos fatos, buscando responsabilizar o Governador Franco Montoro. Praticam, com isso, mais uma injustiça para com o Governador paulista.

A rebelião teve origem central nas alterações das condições de trabalho dos “bóias-frias” com os usineiros e plantadores de cana da região, somando-se a isso algum descontentamento com a Sabesp, e isto até por consequência que com ganhos insuficientes os trabalhadores defrontaram-se com dificuldades para solver compromissos com a Sabesp.

Os problemas gerados pelo atual nível das tarifas da Sabesp têm sua origem nas administrações passadas dessa empresa estadual, que se lançou a uma política suicida, estimulada pela facilidade de repasse de recursos federais, sobre os quais incidem os encargos insuportáveis de juros, correção monetária etc., etc. Tornou-se, com isso, a Sabesp uma superempresa e, no seu gigantismo, forçou a instituição de tarifas das mais elevadas, que em outras épocas a população ainda conseguiu assimilar, já que havia trabalho e possibilidades de ganhos. Agora, quando tudo se contém, cresce o contingente de desempregados, forçando a partir para o subemprego etc. etc. Tudo é medido e tudo é sentido. E a insatisfação central com as alterações contactuais de trabalho impostas pelos patrões aos “bóias-frias” de Guariba acabou por explodir em cima da Sabesp.

É bom que se deixe claro, pois, desta tribuna, que o Governador Franco Montoro, herdeiro dos desacertos, do descompasso, dos erros, dos absurdos administrativos de Governos passados, em São Paulo, avultando-se a gestão Paulo Maluf, não tem responsabilidade pelos tumultos que vêm de ocorrer em Guariba.

Vivendo um período de dificuldades generalizadas, faz o Governador Montoro o máximo, e por falta de tempo ainda não se evidenciaram os bons resultados da administração consciente que procura realizar, agindo com humanidade e respeito ao próximo. Com o correr dos tempos, todavia, a população paulista haverá de auferir os resultados do Governo Democrático de Franco Montoro, e daí a própria realidade desmentirá, na prática, os

ataques injustos, porque incabíveis, que os deletérios propósitos de uma política inferior têm desfechado, aqui no Congresso, contra a figura humana respeitável, como respeitável também é o governo que realiza, de Franco Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, volto hoje à tribuna pelo mesmo motivo de ontem, de anteontem, e de amanhã para continuar reafirmando aquela posição subscrita, até agora, por quase 40 Deputados e Senadores.

Sr. Presidente, quando afirmamos que não vamos ao Colégio Eleitoral, é porque temos o dever de dar uma resposta à Nação brasileira; porque não temos o direito de falar uma palavra em cada canto da boca; de dizer em praça pública que repudiamos o Colégio Eleitoral porque é um cadáver insepulto, como dissemos, e depois compactuar com o sistema, indo ao Colégio Eleitoral e virando as costas à Nação, pois, desta forma, não estaríamos, a meu ver — e respeitando as posições contrárias — sendo leais com aqueles que acreditaram em nossa pregação e vieram à praça pública exigir conosco diretas já, sem conchavos, sem negociatas e, muito menos, com Colégio Eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, de todos os argumentos contrários a este nosso posicionamento, destacamos apenas dois aparentemente com substância. O primeiro deles se funda na “inoprotunidade”. Há companheiros que dizem que estamos certos, porém, que o momento é inoportuno. Concordo com esses companheiros. Realmente, o momento é inoportuno, porque veio tarde. Este documento, a nosso ver, deveria ter sido assinado em palanque, quando pregávamos eleições diretas já e repudiávamos o Colégio Eleitoral, ou, então, no dia seguinte à votação da Emenda Dante de Oliveira, que não conseguiu os 2/3 desejados para que fosse aprovada.

Assenta-se o segundo argumento na seguinte dialética: que, antecipando os acontecimentos, estaríamos dificultando os entendimentos, criando obstáculos ao Presidente do Partido, Dr. Ulysses Guimarães; que estaríamos criando, assim, um fato consumado, dizendo agora que 30, 40, 50, 60 ou 100 Parlamentares — não sei quantos vão assinar ainda — firmaram posição no sentido de não irem ao Colégio; estaríamos dificultando os entendimentos, ou seja lá o nome que se queira dar a isso que estão chamando de negociação.

Este é também o ponto que refuto hoje. Tenho em mãos um recorte do *Jornal do Brasil*, de dois dias atrás, a quem o Dr. Ulysses Guimarães declara o seguinte.

“Ir ao Colégio Eleitoral será uma imprudência grave”, afirmou ontem o Deputado Ulysses Guimarães.”

Isso foi no dia 15, há dois dias. E, mais adiante:

“O Colégio Eleitoral não suporta uma disputa. Ele foi montado para homologar o candidato do sistema.”

E termina irritado com as versões de que o partido poderia disputar no Colégio Eleitoral, Ulysses advertiu:

Vamos ter, brevemente, a ocorrência de muitos fatos que vão surpreender a opinião pública nacional.”

Tenho em mim, Sr. Presidente, que estamos na linha do vento, lado a lado com o nosso Presidente Ulysses Guimarães, e que, muito ao contrário do que pensam alguns companheiros, que possamos estar perturbando as negociações, estamos afinados com o pensamento do Dr. Ulysses.

Tenho em mim também, (e finalizo) que se não consta a assinatura do Dr. Ulysses Guimarães no documento já firmado por 40 Parlamentares, a partir deste momento e a partir dessas declarações, já a temos moralmente Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao Deputado Renato Vianna.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governador Espiridião Amin, obstinado pela idéia de permanecer na berlinda dos noticiários de todo País, resolveu, em péssima hora, marcar o dia 2 de julho próximo para comemorar o 1º aniversário do flagelo das enchentes. Para tanto pretende promover os mais diversos atos públicos e movimentos comunitários, desde a realização de cultos religiosos até a exposição de fotos, rememoração de fatos, constituídos por um *mise-en-scene* que terá como protagonistas os heróicos ocupantes de cargos públicos remunerados: Secretário da Reconstrução, Secretária da Justiça, Presidente da LADESC até os personagens de 2ª e 3ª categorias.

É extremamente lamentável que um fato tão doloroso venha a merecer um tratamento meramente promocional por parte das autoridades proeminentes do nosso Estado, equiparando-se tal atitude à dos abutres que se banqueteam de carniça, sob o olhar impassível dos que lembram, num ambiente de desespero e dor, os momentos mais cruciantes de suas vidas.

Não é concebível que um Estado que tem marcada a sua trajetória por uma flagrante inoperância administrativa, se dê ao luxo de comemorar o trágico.

Quem sabe, novamente sob o espoucar de fogos, exibição de bandeiras e faixas laudatícias, o Sr. Espiridião Amin receberá, no Aeroporto Hercílio Luz, na presença de milhares de catarinenses, os ilustres amigos do Sul: Mário Andreazza, Cloraldino Severo, Danilo Venturini, Delfim Netto, Camilo Penna e outros, promovendo publicamente a condecoração com a medalha dos heróis do exército de salvação barriga-verde, reconhecendo os relevantes e inesquecíveis serviços prestados aos nossos irmãos flagelados.

Do oeste catarinense, do norte, do vale do Itajaí serão organizadas caravanas de centenas de pessoas, reconhecidas pelos gestos de solidariedade e de desprendimento de tão insígnies autoridades federais. Agradecimentos pela liberação imediata de recursos para a salvação da lavoura dizimada pelas cheias para a recomposição dos rebanhos e para a aquisição de equipamentos agrícolas. Dos pequenos e médios empresários, pelas facilidades creditícias para recomposição do parque industrial dizimado pela volúpia das águas. Das pessoas mais duramente atingidas nas suas posses, pelo pronto auxílio para recomposição de seus lares. Dos Poderes Públicos municipais, pelos benefícios abundantes recebidos nas horas amargas.

Entre ovações, quem sabe se proporia até a construção de um obelisco ou marco comemorativo à efeméride, procurando materializar o sofrimento e a grandeza de um povo acostumado por conta própria aos mais diversos atos de bravura.

Todo este quadro, sem muito esforço, é possível bosquejar, diante da insanidade dos que governam muito mais calcados em cima de promoções pessoais do que identificados pelas necessidades coletivas.

O mês de julho deveria ser comemorado com real tristeza. Na frieza do silêncio dos que sofreram, resplandecerá o mais veemente gesto de repúdio e de indignidade contra a insensibilidade dos que impõem à Nação um governo desumano e arbitrário.

Na mesa-redonda da avaliação dos gabinetes oficiais, não faltará quem, com ufanismo, lembrará atos e fatos que vão da mais pura comichada ao mais dilacerante de-

sespero. Os eus aflorarão ao debate, num elogio próprio dos egoístas, que cultuam muito mais a jactância dos semideuses do que as virtudes dos mortais.

A hora é de reflexão, não de esbanjamento de dinheiro público. A enchente já rendeu muitos dividendos para o Sr. Espiridião Amin. É preciso respeitar a memória dos que sofreram calados, acreditando em vão na solidariedade do Governo.

Por isto, os cultos ecumênicos, o repicar dos sinos, as calorosas manchetes dos jornais, os espaços publicitários podem ser perfeitamente substituídos pelo gesto silencioso e sério dos que, trazendo no próprio corpo as cicatrizes da grande catástrofe de julho de 1983, ainda acreditam no trabalho e no espírito comunitário como as únicas formas de superação das mais graves crises.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao Deputado Hermes Zanetti.

O SR. HERMES ZANETTI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estive ontem em Goiânia com o Presidente da Confederação de Professores do Brasil para acompanhar a 6ª greve de professores estaduais ocorrência registrada em seis Estados nos últimos 30 dias.

Os professores estaduais e municipais do Estado de Goiás estão em greve basicamente por três reivindicações: o Estatuto que regulamente a carreira do magistério, uma remuneração básica igual a três vezes o salário mínimo vigente no País, e a eleição de diretor de escola. Essas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, são reivindicações de há muito fixadas pela Confederação de Professores, através dos seus congressos nacionais, e se coadunam perfeitamente com a aspiração da comunidade nacional em relação ao seu sistema educacional.

Estive especificamente no Estado de Goiás para tentar aproximar as duas partes: o Governo e o Centro de Professores de Goiás. Infelizmente, Sr. Presidente, embora o Governo do Estado tenha elaborado uma segunda proposta para os professores goianos, não houve diálogo, não houve discussão, não houve nenhuma forma de entendimento. O Estado compareceu com o seu império para impor a sua posição. Justifica o Governo que não tem recursos para atender aos professores. No entanto, essa Confederação entende, e eu como Deputado entendo, que é preciso que nós, homens públicos deste País, organização civil da sociedade brasileira, encontremos caminhos comuns que nos possam fazer avançar na estrutura democrática da nossa sociedade. E isso só é possível na medida em que identificarmos pontos comuns e avançarmos rumo à conquista do poder político nacional. Para isto, nossos governadores têm o dever de encontrar o caminho para ter o povo com eles, na esperança maior que temos, todos nós, de que as eleições signifiquem a possibilidade de mudança, inclusive a nível federal, com eleições diretas para Presidente da República.

O segundo fato que registro aqui, Sr. Presidente, é que a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior está coordenando, a nível nacional, uma greve das universidades que são autarquias federais, porque a Ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz, representando o Governo Federal, insensível, surdo e mudo às reivindicações dos professores, não atendeu, não atende e não quer atender às justas reivindicações do magistério da União.

Estamos aqui para apoiar o movimento da ANDES e para denunciar que este Governo que aí está maltrata os professores, os estudantes, as organizações de professores e de estudantes porque vê nessas organizações e numa política educacional consciente um sério risco à manutenção deste sistema político de dominação ditatorial que vivemos.

Na medida em que tenhamos neste País um povo consciente, adequadamente formado, este Governo não será mais governo, porque o povo, à medida que avançar nesse nível de estrutura social, que avançar nesse nível de conscientização, cada vez mais estará nas ruas, nas praças, nas reuniões, em todo o País, erguendo-se contra uma ditadura que insiste em manter-se no poder, à revelia da vontade nacional.

Hipotecamos aqui nossa irrestrita solidariedade à Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, na esperança de que esses movimentos que estamos fazendo, de greves, de ir à rua, de protesto, assegurem aqui a construção da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, juntamente com o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, abriram encontro sobre a cultura afro-brasileira.

Sr. Presidente, há muito tempo preocupamo-nos com o preconceito social neste País. Costumo dizer que se temos preconceito racial, ele é tão discreto, tão disfarçado que nem se percebe. Mas o preconceito social é flagrante. Onde não entra um negro maltrapilho, desdentado, também não entra um branco maltrapilho, desdentado. Onde entra um branco elegante, bem vestido, também entra um negro elegante, bem vestido.

Temos percebido, o esforço do Governo Federal para tentar solucionar o problema de residências humildes para as pessoas humildes deste País. Mas lamentavelmente, não percebemos a mesma força de vontade no campo da educação e da saúde. É claro que há grande dificuldade para que nós, os negros, cheguemos às faculdades, mas também há grandes dificuldades para que os brancos pobres cheguem às faculdades.

E o Governo Federal precisa, imediatamente, entender que sem nos oferecer uma melhor oportunidade e nos preparar para o futuro, este País será, realmente, muito ruim.

No campo da saúde, nem se fala, a situação chega a ser absurda. A situação das pessoas neste País, em relação à dentição, é muito precária. O número de pessoas com seus dentes totalmente estragados é muito grande, porque não têm como se tratar, não têm recursos econômicos que lhes permitam sequer um atendimento razoável.

Este encontro de hoje, patrocinado pelo extraordinário Senador João Calmon, conta com a participação de personalidades da maior importância na nossa cultura, como Joel Rufino dos Santos, da Universidade Cândido Mendes, do Senador Itamar Franco, do Deputado Elquisson Soares, do Sr. José Geraldo de Sousa Brito, da OAB, e do Professor Olímpio Serra, Presidente do Memorial Zumbi. Esperamos que essas pessoas tão importantes, que logo mais estarão reunidas no Auditório Nereu Ramos, encontrem pequenas soluções para os enormes problemas que afligem a raça negra e todas as pessoas pobres deste País.

Preocupo-me muito com o preconceito social, porque acho sinceramente, que o preconceito racial quase nem existe neste País. O que existe é a necessidade imediata de abrir maior oportunidade para que os negros e os pobres, de uma maneira geral, se preparem para o futuro do Brasil, que é maravilhoso. Cada vez que se vai ao exterior, volta-se para o Brasil com a certeza de que este é um país maravilhoso, apesar de todas as dificuldades, do desemprego, da fome, da violência urbana, o Brasil ainda é um grande País, mas que poderá tornar-se amanhã ou depois, num desses países horríveis, onde a guerra é a palavra de ordem.

Tomara que este Governo desperte para estes problemas relativos à educação e à saúde, para que possamos realmente salvar o País, estando, evidentemente, preparados para isto.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Epitácio Bittencourt.

O SR. EPITÁCIO BITTENCOURT (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso). Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a idéia do Ministro Passarinho de estender aos trabalhadores rurais alguns dos benefícios já outorgados aos trabalhadores urbanos é digna de louvores. Certamente será apoiada por todos quantos defendem a igualdade de direitos humanos, particularmente entre nós, devido à extensão territorial do País e a existência de uma estrutura agrária algo inadequada, os trabalhadores do campo sempre foram marginalizados no tocante aos benefícios e vantagens conferidos aos trabalhadores urbanos.

O combatido êxodo rural encontra explicação plausível nessa diversidade de tratamento e na atratividade exercida pelas grandes metrópoles. Hoje, mais do que ontem, impõe-se fixar o homem na terra, mas é preciso que a sociedade lhe garanta a justa participação no progresso econômico e na melhoria do padrão de vida. Do trabalhador rural sempre se exigiu maior benefício, inclusive de contribuir com o produto com de seu trabalho para o financiamento do processo de industrialização do País.

Aos poucos, porém, vem sendo reconhecida a necessidade de reparar erros e injustiças contra ele cometidos. Por esses motivos, a iniciativa do Ministério da Previdência Social será bem acolhida pela comunidade brasileira.

Algumas cautelas, no entanto, devem ser adotadas no atendimento dos beneficiários da previdência. Ainda recentemente alertei, através de Telex, o Sr. Ministro para os efeitos negativos, provocados pelo pequeno reajuste de 26% aplicados aos Convênios Rurais, em Santa Catarina, inviabilizando, assim, uma assistência médico-hospitalar mais adequada.

A grande sabedoria está em encontrar a perfeita equivalência entre os encargos que serão assumidos e os recursos destinados à sua plena cobertura financeira, a fim de não comprometer ainda mais, por meio de vazamentos indevidos, a já tão desgastada imagem do sistema previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Com a palavra o Deputado João Bastos.

O SR. JOÃO BASTOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nos últimos dias, temos assistido a vários Parlamentares, mormente os ligados à candidatura Paulo Maluf, ocuparem a tribuna para ataques e assaques contra o Governador do Estado de São Paulo, André Franco Montoro.

Tais parlamentares malufistas, a nosso ver, não possuem estofo moral para atacarem o atual Governador de São Paulo. Por certo o Governador Montoro possui suas falhas administrativas, mesmo porque ninguém há de se julgar infalível. É de se observar que, naturalmente, o Governador de um Estado é suscetível de críticas. Entretanto, o Governador Montoro não poder ser objeto de críticas infundadas e violentas, quando oriundas de Parlamentares, mormente paulista, ligados a Paulo Salim Maluf.

Por quê? Porque, quando Governador, ele, Maluf, arrebitou São Paulo. As finanças daquele Estado foram deixadas em frangalhos. A imoralidade campeonou em São Paulo, durante toda a administração Maluf. As aventuras administrativas e políticas proliferam durante todo o seu período administrativo. Veja-se o exemplo da PAU-

LIPETRO. Investiu-se uma fábula na prospecção de petróleo que, de antemão, já se sabia não seria encontrado. O máximo que se encontrou foi água. Foi uma aventura irresponsável. Gastou-se dinheiro público para nada.

Sinto-me com moral suficiente para afirmar, do alto desta tribuna, que o Sr. Paulo Salim Maluf é incompetente, imoral e aético. Dou o exemplo da sua incompetência. Quando Salim Maluf era Governador de São Paulo, éramos Prefeito da cidade de Cruzeiro, no Vale do Paraíba e, no período administrativo do presidencialismo megalomaniaco, havia — pasmem os Senhores — falta até de receituários para os postos de saúde. Até isto faltava, sem se falar de medicamentos e materiais didáticos escolares. Aí está uma prova insofismável da incompetência administrativa do Sr. Paulo Salim Maluf. Enquanto São Paulo ficava carente até de impressos, ele mandava ambulâncias para outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — A Mesa solicita que V. Ex^a conclua seu discurso, porque seu tempo está esgotado.

O SR. JOÃO BASTOS — O Sr. Paulo Salim Maluf é imoral. Dou exemplo cabal de sua imoralidade: ele utilizou-se da Imprensa Oficial do Estado em benefício de vários de seus seguidores, então candidatos a vários postos eletivos. A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo foi utilizada criminosamente, para que lá se confeccionasse propaganda político-partidária em prol do PDS, às vésperas das eleições de 82.

O Sr. Paulo Salim Maluf é aético, porque, eleito com cerca de 600 mil votos para a Câmara dos Deputados, aqui chegando, não encarou com o devido espírito ético este Parlamento. Aqui não comparece, não trabalha em função do povo na Câmara dos Deputados. É o maior ausente que a História do Brasil já conheceu. O Sr. Paulo Salim Maluf, em termos de Câmara dos Deputados, a nosso ver, não passa de uma grande chacota. É preciso que todos os Parlamentares e a nação o conheçam bem, mormente neste instante em que ele se lança na aventura presidencial. Que Deus nos livre de o Brasil, um dia, ser administrado pelo incompetente, pelo imoral, pelo aético, pelo corrupto e já se diz pelo continuísta Paulo Salim Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Exm^o Sr. Presidente, Senador Odacir Soares, Srs. Congressistas, gostaríamos de deixar aqui, nesta manhã, uma palavra em nome da comunidade universitária da Universidade de São Paulo, do nosso querido Estado de São Paulo.

Já se criou, neste País, uma verdadeira ojeriza contra os estudantes, quando se fechou a UNE; quando se baixou o 477, quando essas medidas todas foram tomadas contra a nossa comunidade universitária.

E no momento em que S. Ex^a, o Presidente da República, apela para estabelecimento definitivo de uma democracia neste País, a comunidade universitária ainda se vê limitada nas suas ações, tolhida nas suas liberdades, nas suas manifestações.

Mas, Sr. Presidente, o estudante é quem conhece o professorado, é que tem contato com os professores, com os diretores, com toda a população universitária. Portanto, a esse estudantado deve ser dado o direito de escolher os seus dirigentes. Isto é democracia pura: governo do povo, pelo povo, para o povo; governo do estudante, pelo estudante e para o estudante. E o que está sendo feito aqui, lamentavelmente, é diferente. Escolhe-se através do Ministério da Educação um elemento que não tem nenhuma identificação com o estudantado, com

a comunidade universitária, e isto gera esse verdadeiro caos a que estamos assistindo.

Portanto, Sr. Presidente, coloco-me à disposição da comunidade universitária da Universidade de São Carlos para procurarmos uma forma de solucionar esse gravíssimo problema imposto apenas pelo Ministério da Educação, porque o estudante está disposto a colaborar, quer eleger o reitor, quer participar de forma direta, concreta, objetiva e substantiva da escolha do seu diretor. A comunidade universitária não se está rebelando senão contra essas atitudes discriminárias.

Ontem elaboramos requerimento, assinado por outros companheiros, fazendo um convite especial à Sr^a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, por quem, aliás, tenho profunda admiração, e também ao Presidente do Conselho Federal de Educação para que, através da Comissão de Educação desta Casa, eles possam explicar as razões por que fecham todo o diálogo, toda a conversa, toda a forma de entendimento com essa comunidade universitária. A Universidade de São Carlos hoje simboliza a universidade brasileira.

Concluo, Sr. Presidente, nobre Senador Odacir Soares, fazendo um apelo ao Governo Federal no sentido de se voltar para a comunidade universitária em geral, para os professores de todas as universidades deste País, que hoje, em greve, reclamam melhores salários. E posso dizer isso com conhecimento de causa porque sou professor. Quero aqui parafrasear o Ministro Eduardo Portela: "Sou professor e estou Deputado". Portanto, falo com conhecimento de causa, porque senti por muito tempo, e ainda sinto, o problema do professor, o desprezo, o descaso, o abandono, a chacota, a ironia que se lança contra todo o professorado brasileiro.

Junto-me à comunidade universitária brasileira, junto-me aos professores universitários brasileiros nesta grande reivindicação, na certeza de que o Sr. Presidente João Baptista Figueiredo, sensível à causa do magistério neste País, que é uma causa nobre — e aqui dizia um outro companheiro: tanto quanto a saúde e outros pontos — possa atender às suas reivindicações.

Muito obrigado pela gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, três assuntos me estimulam a vir a esta tribuna nesta manhã. O primeiro é relacionado com a crise que ora enfrenta a Universidade brasileira. Cremos que a crise não é apenas de salário, do professorado, extremamente defasado em relação àquilo que deveria ser definido e estabelecido como remuneração aos mestres. Essa remuneração dos professores é fruto de uma política salarial direcionada não só aos professores, mas também ao Funcionalismo Público, e que merece comentários adicionais dada a clareza, o aspecto cristalino desta política: o significativo processo de redução do poder de compra dessas categorias.

Mas o problema da Universidade brasileira é o de repensar a Universidade, e não apenas o salário. Esse é um problema mais imediato, mais urgente, mas a Universidade tem de se repensar na sua dimensão, no seu papel, na sua participação no quadro das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas do País. Sob todos os aspectos a Universidade brasileira está em crise. Ela não reflete o sentimento nacional, não é um instrumento maior da sociedade civil brasileira. Ela realmente se perdeu diante de todas as limitações ao seu desempenho nos últimos anos.

Eu faria uma proposta: que a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados assumisse junto ao Governo federal o papel de mediador da crise que ora enfrenta a Universidade. Ou seja, a Comissão de Edu-

cação e Cultura da Câmara dos Deputados mediaria a negociação entre os professores universitários e o Ministério da Educação e Cultura, como forma de encontrar uma solução equilibrada, lógica, lúcida, capaz de atender aos anseios da comunidade docente, bem como aos anseios maiores de todos aqueles que fazem a Universidade brasileira.

O segundo assunto diz respeito à presença, hoje, de S. Ex^a, o Ministro Mário Andreazza, no Estado do Ceará. Na verdade, faremos desta Casa — e sei que o Ministro, hoje, está envolvido com as homenagens que lá recebe — uma solicitação a S. Ex^a. Ele chega ao Ceará tendo desativado o programa de emergência que reduziu da circulação da economia do Estado do Ceará cerca de 17 bilhões de cruzeiros, o que significa, em termos de efeito multiplicador, uma redução de cerca de 80 bilhões de cruzeiros mensais. E, na verdade, não substitui essa redução por programas adicionais.

Fazemos, portanto, um apelo para que o Ministro não vá ao Ceará apenas a fim de receber as homenagens daqueles que estão ao seu lado e o querem homenagear, mas para definir, primeiro, o programa de recuperação e saneamento das empresas industriais do Estado, que estão em processo falimentar, em processo concordatário. São urgentes as medidas a serem tomadas neste aspecto. E parcelas desses recursos do programa de emergência poderiam ser direcionadas para tal fim. Que o Ministro transfira também parcela desses recursos ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste, para que eles recomponham todo o rebanho bovino, caprino, ovino e avícola, dizimado em função dos cinco anos consecutivos de seca.

E, finalmente, que o Ministro atenda à nossa região, à Região norte do Estado, autorizando não apenas a construção do açude Serrote, mas todo o conjunto de açudes que constituem um programa de irrigação privada, de baixo custo, que é a redenção para uma região seca, como é o norte do Estado. Esses açudes básicos, baratos, de custo menor, inclusive, como o açude Paula Pessoa, do Vale do Coreau, os açudes desses programas de saneamento das empresas não representariam sequer a metade dos setenta bilhões que o Ministro levou para a Bahia, recentemente.

O último assunto é relacionado ao pronunciamento feito pelo Governador do Estado do Ceará na ALIDE, em que S. Ex^a responsabiliza a União pelo alto endividamento dos Estados e Municípios brasileiros e pela situação falimentar em que se encontram. Eu não diria que a responsabilidade seja da União, porque quem toma empréstimos é quem realmente acredita que pode tomá-los, é quem acha que pode arcar com a responsabilidade de pagá-los, é quem planejou e se preparou para tanto e que admitiu a viabilidade. Mas talvez o Governador quisesse chamar a atenção da União para uma sensibilidade maior na negociação das dívidas, no rol das dívidas e, acima de tudo, em abrir novos créditos para que não se criem situações extremamente constrangedoras e impasses insuperáveis para o erário daquele Estado.

Na verdade, o Estado do Ceará está em situação dramática, exigindo urgentemente uma posição do Governo Federal no repasse de recursos a fundo perdido, nos recursos especiais em termos de programas e projetos que poderiam ser ali alocados e na transformação de recursos de empréstimo internacional em recursos de empréstimo em moeda nacional. Que o Ministro Delfim Netto e o Ministro Galvão não vejam a declaração do Governador de Estado, de pedido de moratória, como agressão ao seu pensamento, às suas idéias e opiniões, mas simplesmente o desespero de causa de um Governador que quer trabalhar e fazer alguma coisa pelo seu Estado e encontra todas as restrições a nível do Governo Federal, todas as restrições na estrutura econô-

mica do Estado, na sua fragilidade e nos profundos erros e vícios cometidos na administração pública do Estado, o que lamentavelmente hoje impõe tamanhas restrições.

Eram esses os apelos e as considerações que queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Tem a palavra o nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários desta Casa, denunciei, no dia 26 de abril, no Rio Grande do Sul, a nomeação do novo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por decisão da bancada federal do PDS, pela qual o Presidente da República, atendendo às imposições do partido oficial, deveria nomear o Professor Francisco Ferraz para essa função. Não tenho nada a opor ao nome do cidadão nem às suas qualidades, nem às suas vinculações com o Governo e com o regime. Não tenho nada a opor ao seu passado ou ao seu presente. Oponho-me apenas ao tipo de vinculação que se faz na Universidade. Quando se luta pela eleição direta dos reitores no Estado do Rio Grande do Sul, o Presidente da República, submetendo-se à pressão dos interesses do partido oficial e negociando a derrota da Emenda Dante de Oliveira, escolheu o nome de interesse da bancada federal do PDS. Que a bancada tenha essa ambição e esse desejo é um problema; outro problema é o tipo de vida universitária que se vai levar com essa vinculação do reitor aos interesses do partido oficial.

Imediatamente o Senador da República pelo Rio Grande do Sul ocupou os meios de comunicação para desmentir o fato.

Hoje, Sr. Presidente, leio, para que conste nos Anais do Congresso Nacional, matéria do jornal gaúcho **Zero Hora** de quarta-feira última, oriunda da sucursal de Brasília e transcrita na coluna "Assunto do Dia — O novo Reitor" — que transcreve a notícia de que o Presidente assinou decreto nomeando o novo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que o fato atendeu ao desejo da bancada federal do PDS. E diz mais:

"O jovem professor incluído em primeiro lugar na lista sextupla para a importante função, na área do ensino superior gaúcho, chega ao posto pelo apoio maciço da classe política. O Líder do Governo, Nelson Marchezan, comandou a ação que teve a participação do Governador Jair Soares, do Vice-Governador Cláudio Strassburger, dos Senadores e Deputados Federais pedessistas, de toda a bancada estadual e do Presidente do PDS, Victor Faccioni. O Ministro Leitão de Abreu foi sensibilizado pela reivindicação do setor político e, por isso, o próprio Marchezan, ontem, ao receber em primeira mão a notícia do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, preferiu que ele mesmo fizesse a comunicação ao novo reitor. Quando esteve com o Presidente João Figueiredo, antes do meio-dia, Marchezan agradeceu-lhe a nomeação de Ferraz."

Estamos aqui com o mais novo comitê eleitoral do PDS do Rio Grande do Sul. A Reitoria da Universidade Federal, a própria luta dos professores do Rio Grande, a dignidade daquela instituição, toda a luta democrática pela participação na vida universitária, tudo isso foi agora negociado, porque a Reitoria passará a ser mais uma subseção do diretório do PDS para as campanhas eleitorais futuras e as ambições de algumas lideranças políticas oficiais do PDS gaúcho.

Quero deixar lavrado, nesta sessão do Congresso Nacional, o meu protesto contra o desmentido do Senador Carlos Chiarelli a respeito da invocação do PDS na esco-

lha do Reitor, e o Senador ter-se acostumado a dizer uma coisa no Rio Grande do Sul e outra aqui em Brasília. Deixo lavrado o meu protesto porque as denúncias que fiz no dia 26 estão embasadas aqui pela respeitável matéria do jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, que mostra a manobra do Governo gaúcho na escolha do Reitor.

Pobre e legendaria Universidade do Rio Grande, de tantas lutas, de tantos nomes respeitáveis para dirigi-la, e que se vê entregue, agora, à sanha dos interesses eleitorais do partido oficial, que já não respeita mais nada para buscar o domínio político do Rio Grande do Sul. Quero deixar este protesto lavrado, e quero deixá-lo neste momento em que os professores estão em luta por melhores salários e por condições decentes de trabalho, porquanto a Universidade não possui condições para o exercício efetivo da sua função. Para isso o Governo não olha, isso o Governo não entende, mas está preocupado em manter um núcleo de ação política dentro da Reitoria. Os nossos protestos, em nome do Rio Grande do Sul, que nunca teve esse tipo de tradição e que está sendo agora violentado pela ação do partido oficial.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao Deputado Clemir Ramos.

O SR. CLEMIR RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, precisamos ter sensibilidade bastante para perceber que a Nação brasileira está exigindo mudanças imediatas no campo sócio-econômico e político deste País, para perceber que a convulsão social incontrolável está a caminho e se implantará se não decidirmos encontrar uma fórmula que atenda às necessidades de mudanças para este País. Para isso, precisamos não estar apegados a interesses mesquinhos, a cargos políticos, e caminhar decididamente para encontrar esta fórmula. Não é a conciliação e o entendimento proposto pelo Governo, que, na realidade, representa um pacto de elites, mas é a necessidade imediata do restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, é a convocação imediata de uma Constituinte para este País, não transformando este Congresso Nacional em Constituinte, mas possibilitando que o povo a eleja, dissolvendo-se o Congresso Nacional para extirpar-lhe a ilegitimidade da presença de "biônicos" no Senado Federal.

Por que não a dissolução do Congresso Nacional, para convocação imediata da Nação na repartição de responsabilidades, em busca de mudanças reais, verdadeiras? Não é o interesse a ser defendido por setores da oposição para eleger o Sr. Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, proque isto representaria também uma farsa, Sr. Presidente. Qualquer que seja o candidato que saia eleito nesse espúrio e ilegítimo Colégio Eleitoral será um farsante. Por isso estamos aqui, apresentando esta fórmula, que seria a do entendimento. Mas entendimento com que, Sr. Presidente? Entendimento com a Nação. E como nos entender com a Nação, como evitar a convulsão social incontrolável, que certamente está a caminho? O que está acontecendo em São Paulo, na cidade de Guariba, com os canavieiros, e com os colhedores de frutas, em Bebedouro, são reflexos desta situação insuportável com que a Nação está-se deparando, diante da necessidade de encontrar meios de sobrevivência para seus filhos.

Como, Sr. Presidente, poderemos chegar ao entendimento? Não é encontrando normas de consenso, porque nenhum nome terá o consenso da Nação se não se apresentar com propostas claras de mudanças nos campos social e econômico, se não se dispuser a enfrentar os credores internacionais e dizer que o Brasil insistirá num programa de emergência para não cair no abismo e na falência total. E nós só encontraremos isso, Sr. Presiden-

te, se houver a convocação imediata de uma Constituinte, se acabarmos com os Senadores bionicos, sem representatividade, com a convocação da Nação para escolher o seu dirigente máximo.

Por isso, quero deixar bem claro que votarei contra a participação do meu partido no Colégio Eleitoral. E, mesmo que o meu partido decida, participar, o que acho impossível, **ad argumentandum**, posso afirmar, categoricamente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que eu me negarei, sob pena até mesmo da perda do meu mandato, se assim entender o TSE posteriormente. Mas não admito, em hipótese alguma, a participação no Colégio Eleitoral, porque seria trair o povo brasileiro, seria trair o próprio programa partidário, seria trair os compromissos assumidos solenemente nas praças públicas.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqui fica a nossa disposição declarada e a nossa determinação de não participar, em hipótese alguma, desse engodo, dessa farsa que é o Colégio Eleitoral.

Se o PDS encontrar forças para escolher o Sr. Maluf ou o Sr. Andreazza, terá de purgar o julgamento popular, e esse julgamento poderá vir até mesmo violentamente, nas praças públicas, porque, Sr. Presidente, estou certo de que devemos ter a coragem de enfrentar o momento político brasileiro, a coragem de buscar o entendimento com a Nação, que representa o atendimento aos seus anseios, às suas necessidades, fazendo mudanças profundas, melhorando a qualidade de vida do povo, restabelecendo o poder de compra da nossa moeda. Isso só será atingido com a coragem dos nossos governantes. E não será o Sr. Paulo Maluf ou o Sr. Mário Andreazza que fará isso, porque seus compromissos são exatamente contrários, são de subserviência aos interesses financeiros internacionais. Ouço o nobre Deputado Valmor Giavarina.

O Sr. Valmor Giavarina — Nobre Deputado Clemir Ramos, V. Exª traz, na manhã de hoje, um dos discursos mais afirmativos a que tenho assistido, nestes últimos dias, neste Parlamento, que aos poucos, infelizmente, está-se transformando num parlatório. V. Exª aborda um tema importante e faz uma afirmação inquestionável. Realmente, essa história de consenso não passa de mais um esforço do Governo, de mais uma arapuca que o Governo Federal está preparando a todos nós, da Oposição...

O SR. CLEMIR RAMOS — Para nos desmoralizar.

O Sr. Valmor Giavarina — ...mais uma palavra mágica, para depois, se não concordarmos — como não concordarmos — como consenso, nos denunciar à Nação

como sendo gestores da crise. É preciso que fique bem claro que realmente os homens do Governo querem o consenso, contanto que em torno de seus candidatos. Maluf — como diz o Deputado Ibsen Pinheiro, ninguém faz malufismo melhor que Maluf — fala em consenso desde que seja ele o candidato, porque o candidato de Maluf é Maluf, assim como o candidato de Andreazza é Andreazza, o candidato de Marco Maciel é Marco Maciel. E mais: o candidato de Figueiredo, a esta altura dos acontecimentos, é o próprio Figueiredo, que está jogando na crise para prorrogar o próprio mandato. Era o aparte que queria oferecer a esse brilhante discurso que faz V. Exª nesta manhã não tão feliz.

O SR. CLEMIR RAMOS — Agradeço a V. Exª pelo oportuno e esclarecedor aparte, com o qual concordo integralmente.

Assim, Sr. Presidente, encerrando este pronunciamento, reafirmo minha determinação inabalável de não coonestar este regime, em hipótese alguma, de estar coeso com a vontade popular, para que eu possa continuar dormindo tranqüilamente, porque, apesar das angústias que vivemos diuturnamente, somente estando em paz com a consciência podemos ter alguns momentos de repouso para enfrentar o próximo dia.

Assim, Sr. Presidente, espero que as oposições não se deixem enganar pelos interesses nefastos deste regime e não aceitem, em hipótese alguma, coonestá-los. No nosso entender, devem reafirmar sua disposição de não participar do Colégio Eleitoral e buscar uma fórmula que, a nosso ver, deve ser a convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte, para que este País tenha uma Lei Magna, uma Constituição que seja a expressão da vontade da Nação e para que possamos expurgar do Congresso Nacional esta parte ilegítima, que é a consagrada "bioncidade". Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 16 de maio de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nobres senhores Senadores Lourival Baptista e Marcondes Gadelha, pelos nobres senhores Senadores José Lins e Octávio Cardoso, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1984 que "Autoriza o Po-

der Executivo a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.358.687.000,00, para o fim que especifica".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e consideração. — Senador **Jutahy Magalhães**, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança

Brasília, 16 de maio de 1984

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador João Lúcio, pelo nobre Sr. Senador Octávio Cardoso, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 2, de 1984-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação, o crédito especial de até Cr\$ 3.816.400.000,00, para o fim que especifica".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Jutahy Magalhães**, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Serão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste Plenário, destinada à discussão da Proposta de Delegação Legislativa nº 5, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia.

O Sr. Valmor Giavarina (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é evidente a falta de **quorum** para que a sessão possa prosseguir. Assim, em obediência aos termos do art. 29, § 2º do Regimento Comum, requeiro a V. Exª o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — A proposição de V. Exª está deferida.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 20 minutos.)

Ata da 102ª Sessão Conjunta, em 17 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marco Maciel

— Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Magalli — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Randolpho Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS.

Piauí

Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Ricardo Fiuza — PDS; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB;

Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanovã — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Hadad — PDS; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; José Carlos Martinez — PDS; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Paulo Marques — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 321 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilton Garcia.

O SR. GILTON GARCIA (PDS — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nesta sessão do Congresso Nacional, eu gostaria de fazer o registro de um levantamento foi realizado pelo Instituto Gallup e publicada com exclusividade, pela revista **Veja**, no dia 11 de abril último, em que se aponta como uma das instituições de maior credibilidade no País a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sr. Presidente, faço este registro justamente numa hora em que se questiona, e muito, a credibilidade das empresas públicas e dos próprios organismos do Governo.

Diz a revista, a certa altura:

“A instituição de maior credibilidade para o brasileiro, segundo a pesquisa, é a Empresa Brasileira

de Correios e Telégrafos. Para 83% dos entrevistados, pode-se confiar nos Correios "sempre" ou "quase sempre", enquanto apenas 11% confiam "muito pouco" ou "nunca" nos serviços postais brasileiros. A diferença entre aqueles que fazem um juízo positivo e os que julgam negativamente estabeleceu para o Instituto Gallup um "nível de confiança" que, no caso dos Correios, ficou em 72%."

Mais adiante, a revista destaca:

"O mais auspicioso dos indicadores trazidos pela pesquisa do Instituto Gallup talvez seja a presença dos Correios como a instituição na qual o brasileiro deposita maior confiança. Afinal, se essa pesquisa tivesse sido feita há vinte anos, eles certamente teriam garantido o último lugar. Passaram de lanterna a líder graças a uma razão muito simples: por experiência própria o cidadão brasileiro acredita que, se entregar uma carta numa de suas agências, ela chegará ao destinatário. Isso é tudo."

Sr. Presidente, com estes dados, senti-me no dever de apresentar, nessa sessão do Congresso Nacional, meus votos de congratulações a toda a diretoria da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, representada pelo seu Presidente, Adwaldo Cardoso Botto de Barros, e seus diretores Dirceu Bonecker de Souza Lobo, José Mattos Santos, Bianor de Queiroz Fonseca, Walter Bollim Pinheiro, Newley Lopes Landeira e Alfredo Corrêa Libano Soares.

É bom verificar-se que a opinião pública brasileira, com os bons serviços prestados pelos Correios, dá um atestado de maturidade política, e este levantamento não só vem trazer o testemunho do apreço e da credibilidade de que dispõe os Correios do Brasil, mas, sobretudo, serve como estímulo aos administradores públicos, para que, tratando com seriedade a coisa pública, tenham o aplauso dos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado Hermes Zanetti.

O SR. HERMES ZANETTI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupamos hoje esta tribuna para falar sobre o Paraguai. Muita gente estranhará que numa crise como a que vivemos, com tantos problemas políticos e institucionais como os que se apresentam hoje para os brasileiros, o horário da Liderança seja ocupado por um discurso sobre o Paraguai. E no entanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o nosso país vizinho tem conosco tantas afinidades, são tantos os pontos em comum que nos ligam, que as datas e os acontecimentos paraguaios acabam por nos envolver na teia comum de nossa história contemporânea: a história dos povos latino-americanos na luta pela sua liberdade e soberania.

O povo paraguaio está comemorando uma data da qual ele não pode se orgulhar particularmente: a ditadura sanguinária do general Stroessner está completando 30 anos. Não é o aniversário isolado de um ditador solitário. Os ditadores nunca estão sozinhos: eles arrastam consigo a imensa massa dos perseguidos e a sua pequena turba de lacaios.

Mais de um milhão e meio de paraguaios vivem hoje no exterior — um número enorme, se considerarmos que aquele país tem pouco mais de dois milhões e meio de habitantes. Inúmeras das vítimas da ditadura de Stroessner vivem no Brasil. Da mesma maneira que mais de 300 mil brasileiros estão hoje vivendo como agricultores no Paraguai — ou seja, 10% da população do país. Bastariam essas evidências para indicar que a ditadura Stroessner nos diz respeito diretamente; que ela nos com-

promete não apenas por um princípio de solidariedade humana para com os perseguidos, mas também porque nossos sistemas políticos, nossas economias, estão cada vez mais interligados, envolvendo o destino de milhões de pessoas.

A ditadura paraguaia é, aliás, mais familiar aos nossos destinos do que se imagina. Há poucos dias, o ditador Stroessner freqüentava tranquilamente a Exposição de Zebus em Uberaba, travestido em criador de gado. Foi lá encontrar-se com o Presidente Figueiredo, em companhia de nove de seus ministros. Não se informa o Congresso Nacional, ninguém fica conhecendo o teor das conversas entre os dois presidentes.

Trata-se de mais um episódio da famigerada diplomacia paralela, da qual o Ministério das Relações Exteriores sequer participa, o que lamentamos, porque apesar da ambigüidade de certas posições, a política externa do Itamaraty tem sido coerente com o princípio da independência e da soberania dos povos. Mas quando se trata do Paraguai, é seguramente um militar que se ocupa dos problemas. Como aconteceu em Uberaba, recentemente, o Itamaraty não participa, muito menos a Nação. Uma visitazinha sem importância, dirão. Um ditadorzinho sem importância. E faz-se, assim, o silêncio em torno do exílio, da repressão e da crueldade. Há alguns dias importante jornal europeu denunciava a cortina de fumaça que envolve o regime autoritário paraguaio e o apresentava como "a ditadura esquecida da América Latina".

Nossa presença, portanto, hoje na tribuna, para falar sobre o Paraguai, é uma maneira, modesta, mas firme, de contribuir para que se torne mais conhecida a tragédia de um povo que há trinta anos vive enquadrado num sistema político-policial que usa abertamente a força contra seus opositores e rende-se à dependência estrangeira para manter nas mãos o poder.

Sofrido povo paraguaio, os ditadores não lhe deram trégua: desde a independência do país, eles estão no poder, exorcizando fantasmas e amealhando fortuna. José Gaspar Rodrigues de Francia começou a governar o Paraguai em 1811. Ficou no poder 29 anos, lutando contra os ventos do liberalismo que agitavam bandeiras nas ex-colônias espanholas. Quatro anos depois da morte de Francia, a dinastia dos Lopez estava no poder. Novos tiranos à vista. Francisco Solano Lopez, ao conduzir inabilmente seu país na concorrência que a economia paraguaia começava a fazer ao capital inglês, proporcionaria excelentes condições para a Inglaterra instigar Brasil, Argentina e Uruguai a formarem uma Tríplice Aliança, jogando-a a seguir numa desigual guerra imperialista contra a nação paraguaia. Uma legítima catástrofe, uma tragédia monumental: dos 800 mil habitantes do Paraguai sobraram 200 mil, 90 por cento do sexo feminino; dos vinte mil homens vivos que sobraram, 66 por cento eram velhos de mais de sessenta anos ou crianças com menos de dez.

De 1932 a 1935, novas tragédias: a guerra do Chaco, contra a Bolívia. O país ganhou a guerra e perdeu a indústria, o comércio, a gricultura e, naturalmente, milhares de homens.

Em 1954 o general Alfredo Stroessner chega ao poder através de um golpe militar. E aí ficou até hoje, decorridos 30 anos. O que esperar dos tiranos senão morte, tragédia, destruição? Os tiranos contemporâneos, enretanto, não estão comprometidos apenas com a truculência do poder pessoal, mas com a internacionalização do capitalismo. O Paraguai pagou e continua pagando seu tributo ao assentamento do general-ditador Alfredo Stroessner, mas o problema é mais complexo. Com a tomada do poder em 1954 por um grupo militar de direita, começa a instalar-se no país um modelo político concentracionário, que os analistas, na falta de coisa melhor, chamaram de burocrático-militar e que hoje conhecemos como Estado de Segurança Nacional. O Paraguai foi o primei-

ro país onde esta experiência norte-americana de dominação do Continente foi tentada com êxito. Alguns anos depois, os Estados Unidos continuariam convencendo um número cada vez mais crescente de militares a implantar o modelo no Continente, o que acabou acontecendo, inclusive no Brasil.

Alguns aspectos do Estado de Segurança Nacional são comuns à maioria dos países onde os militares tomaram o poder a partir dos anos 60: a segurança nacional como ideologia de Estado, a declaração de guerra permanente ao inimigo interno, o comunismo, sob todas as formas, visíveis e invisíveis, reais, imaginárias e até mesmo fabricadas segundo as conveniências do momento. A forma de dominação do povo significa, principalmente, uma exploração da força de trabalho jamais vista no Continente, uma acumulação "selvagem" do capital e uma dependência, cada vez mais definitiva, dos países dominados às grandes metrópoles imperialistas. No Paraguai, o FMI instalou-se desde 1956. Nesse modelo, os benefícios são as camadas da grande burocracia civil e principalmente militar, os grandes proprietários de terras e criadores de gado, e sobretudo os grandes banqueiros, porque o Estado de Segurança Nacional é também o paraíso do capital financeiro.

Em linhas muito gerais, são essas as características principais do modelo de dominação imposto nesses últimos vinte anos ao Continente. Ele assume, entretanto, no Paraguai, formas muito específicas. Num estudo recente sobre a situação paraguaia publicado em Paris, o presidente no exílio do Partido Revolucionário Febrerista, Euclides Acevedo, afirma que "o modelo (do Estado de Segurança Nacional) adquire, no Paraguai, características muito particulares que o diferenciam das demais ditaduras latino-americanas da década de 70. E estas têm a ver com o controle autoritário que consegue este Estado sobre a sociedade civil paraguaia".

O controle autoritário no Paraguai é exercido por um ditador onipotente, que não se permite prestar contas a ninguém, com a força da polícia e das Forças Armadas, e com poder aliciador de um agrupamento político, o Partido Colorado, que decide quem pode e quem não pode ter qualquer emprego público no país. A revista *Veja* afirma que "as portas do Colégio Militar, da magistratura, dos empregos públicos, estão vedadas para quem não for filiado ao Partido Colorado".

Foi depois de 1947, com a guerra civil, que o Partido Colorado começou a estender as suas teias por todo o país, e houve época em que quem não se vestisse de vermelho — a cor do Partido Colorado — não podia nem mesmo andar sem perigo pelas ruas. As Guardias Urbanas, milícias civis, armadas e organizadas pelo Partido Colorado prendiam, espancavam, torturavam, matavam todos os liberais que se opunham ao regime ditatorial nascente. Houve um grande expurgo no Paraguai e talvez uma das maiores diásporas de todos os tempos, pois mais de 1 milhão e meio de pessoas estão hoje ainda no exterior.

Nos anos 50 e 60, a penitenciária de Emboscada, uma velha fortaleza às margens do rio Paraguai, estava sempre com lotação esgotada. E ainda lá hoje se encontram 48 presos políticos, alguns deles os mais antigos da América Latina: o sargento Escolasco Ovando, que, acusado de crime político, cumpriu sua pena de 15 anos, mas se encontra ainda na prisão, por ordem do ditador-presidente. E Napoleon Ortigorra, que se encontra há 20 anos na penitenciária, acusado de subversão. Recentemente, Antonio Maidana, um líder comunista, deixou a prisão por pressão dos Estados Unidos, mas foi seqüestrado na Argentina por policiais de Stroessner e nunca mais foi visto. Centenas e centenas de paraguaios desapareceram ou foram mortos dessa maneira.

O Partido Colorado, as Forças Armadas e a Polícia constituem o aparato de intimidação do povo paraguaio. Uma complexa rede de informações cobre todo o país e o bispo de Concepción, Monsenhor Aníbal Maricevich, disse à revista **Veja**: "Aqui há grande medo. Não há espontaneidade nem convivência cívica ou social, pois existe um formidável esquema policial infiltrado em todos os setores".

O Serviço de Inteligência Militar e o temido Departamento de Investigaciones, a polícia política local, montada com assessoria brasileira, trabalham com a violência para a manutenção do regime do general Stroessner e, segundo denúncias da oposição, morreram, nos últimos cinco anos, 27 presos políticos vítimas de torturas. Além disso, o general-presidente tem uma tropa de elite para sua defesa pessoal, a mais bem treinada do país, composta de 1.500 soldados com armas automáticas, carros blindados e peças de artilharia. E conta com o estado de sítio, que está em vigor há mais de 20 anos.

A esse formidável esquema de intimidação, de perseguição política, de repressão, de manutenção do poder, acresce-se outro: o contrabando institucionalizado, um sistema único no mundo inteiro pelo qual o regime do general Stroessner faz à cooptação dos burocratas, civis e das forças armadas, permitindo-lhes um ganho suplementar em troca da fidelidade aos chefes e ao Estado totalitário. "Não apenas o contrabando; mas os negócios em geral, são compartilhados entre generais, almirantes, ministros, altos funcionários, amigos e familiares de Stroessner". Há amigos e familiares do general Stroessner no contrabando de uísque e cigarros, administração de hotéis, tráfico de drogas pesadas e, segundo a revista **Veja**, nos últimos tempos, cada membro da família do ditador recebeu de presente um setor da incipiente indústria paraguaia.

Aí está o segredo da estabilidade do ditador, da permanência do poder pessoal, da continuidade, por trinta anos seguidos, dos mesmos homens, das mesmas idéias, do mesmo feudo familiar. O segredo se chama medo, perseguição, terror, tortura, exílio, polícia política, delação, contrabando, corrupção. Eles são, infalivelmente, o preço do poder que se perpetua. O preço que nossos irmãos paraguaios estão pagando há 30 anos.

Esse feudo rural, essa economia primária que mantém ainda na agricultura 56 por cento da população, já começa, entretanto, a ser um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo. A quadrilha de Stroessner é um freio a qualquer tentativa de modernização do país, mas nesses últimos tempos ela e seus aliados vêm sofrendo um desgaste cada vez mais crescente. Novos interesses apareceram no Paraguai: a construção da usina de Itaipu, os investimentos na indústria, o desenvolvimento de uma moderna agricultura capitalista estão contribuindo para solidificar os interesses de uma nascente burguesia cujos interesses começam a entrar em conflito com a oligarquia — os criadores de gado, os burocratas civis e militares.

O Paraguai está deixando de ser uma grande fazenda destinada a satisfazer os apetites de Stroessner e de sua quadrilha. Por isto, multiplicam-se os conflitos até mesmo com os liberais conservadores, interessados a desenvolver a economia paraguaia e a internacionalizá-la. Recentemente, o ditador fechou o jornal **ABC Collor** e prendeu o seu dono. Aldo Zuccolillo, um dos maiores investidores do país, Zuccolillo foi posto em liberdade, mas seu jornal continua fechado, provocando protestos no mundo inteiro.

O Governo brasileiro encontra-se na encruzilhada desses protestos: a construção da usina de Itaipu vai gerar uma enorme quantidade de riqueza para o país vizinho. O próprio desenvolvimento recente da economia paraguaia não pode ser entendido sem se considerar os investimentos que se fazem atualmente, com vistas à explo-

ração da energia que estará disponível dentro de alguns anos, cinco por cento da qual bastará para cobrir todas as necessidades do país.

O que acontece, entretanto, quando um governo autoritário, que não presta contas à população, encontra outro governo nas mesmas condições e decidem juntos explorar uma obra como a usina de Itaipu? O que acontece, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que os povos envolvidos no empreendimento acabam pagando pela insensatez dos governos. É o que está acontecendo agora. O Brasil está sendo chamado de país-imperialista. Não é o Governo brasileiro apenas, é o povo brasileiro! E o povo paraguaio está predestinado a pagar indefinidamente por um acordo feito à revelia, sobre o qual não lhe foi dado opinar. E que segundo os próprios conservadores do Paraguai — não a oposição de esquerda, ou a oposição liberal — os conservadores esclarecidos, como os proprietários do jornal proibido, o **ABC Collor**, afirma que o acordo de Itaipu transformará, a curto prazo, o Paraguai numa colônia brasileira.

"A dívida contraída com o Brasil para a construção da represa de Itaipu praticamente liquidará a soberania econômica do país e nos imporá uma dependência quase colonial com o nosso vizinho do norte", diz o jornal, que afirma ainda: "se nos ativermos ao texto do tratado, veremos que nossa dívida para com o Brasil, somente por Itaipu, chega a 7.500 milhões de dólares, ou seja, cinco vezes o total da dívida externa do país e mais de cinco vezes o Produto Interno Bruto anual do país".

O jornal **ABC Collor**, antes de ser fechado, informava no dia 5 de março último que por um acordo firmado entre autoridades econômicas brasileiras e paraguaias, "os dólares que o Brasil deveria transferir ao Paraguai para cobrir sua parte nos gastos da Itaipu Binacional passam a transformar-se em bônus negociáveis no mercado brasileiro". Em outras palavras: desde julho do ano passado o Paraguai não recebe mais os dólares que o Brasil deveria transferir mensalmente; eles se transformaram em bônus, depositados numa conta especial do Banco do Brasil e que só podem ser usados para: 1 — pagar mercadorias importadas do Brasil; e, 2 — pagar dívidas contraídas com o Brasil. O jornal diz que se trata de uma nova modalidade financeira, que mais parece um acordo entre um império e sua colônia, e que está proibido por convênios internacionais.

As acusações contra um subimperialismo brasileiro não param aí. Domingo Laino, ex-Deputado, professor de Engenharia na Faculdade Nacional do Paraguai, atualmente 1º Vice-Presidente do Partido Liberal Radical Autêntico, afirma ao jornal **Folha de S. Paulo** que todos no Paraguai colocam-se a favor, naturalmente, do aproveitamento energético da usina de Itaipu, "Mas — disse ele — temos grandes restrições ao Tratado, que consideramos leonino e lesivo ao interesse do nosso país".

E porque lesivo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas?

Vejamos apenas uma cláusula: a que reserva ao Brasil a compra da energia excedente de Itaipu. Considerando que o Paraguai apenas utilizará cinco por cento dessa energia, o restante deverá ser vendido ao Brasil. O preço não é claramente fixado, só se deduz que será irrisório, porque não poderá ultrapassar o custo. O Paraguai não poderá vender a energia à Argentina, ao Uruguai ou à Bolívia: está proibido pelo Tratado. Além disso, foi feito um contrato de empréstimo da ELETROBRÁS à Itaipu Binacional altamente lesivo aos interesses paraguaios. Não temos tempo para analisar aqui esse contrato. Mas lembremos apenas que segundo cálculos citados por Domingo Laino, a Itaipu devolverá à PETROBRÁS por dólar realmente emprestado quase oito dólares. E o Paraguai terá de devolver metade do montante. Em séculos, deve ter sido o melhor negócio já feito pelo Brasil.

Negócios como esse podem ser favoráveis aos grupos que estão interessados nele, mas, feitos a nível de governo, podem comprometer, por muitos e muitos anos, as relações entre os povos. Não interessa a nós brasileiros ser imperialistas no Paraguai. Muito menos subimperialistas, substituindo as grandes potências nesta função de domínio e de submissão dos povos. Um acordo como esse, só é possível entre governos prepotentes e autoritários. E como democratas, só nos cabe denunciá-lo.

A oposição brasileira está solidária com o povo paraguaio. O PMDB condena a ditadura do general Stroessner e alerta a opinião pública para os prisioneiros políticos do regime que não hesita em fechar jornais, torturar presos políticos ou simplesmente eliminá-los.

O PMDB reafirma seu propósito de luta solidária com os povos contra o subdesenvolvimento, a miséria, a doença, a fome.

Estamos conscientes de que somente um governo democrático em nosso país criará condições de um relacionamento mais justo e mais humano com todos os povos, possibilitando a revisão de nossas relações comerciais e políticas com nossos vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, está em curso, no seu terceiro dia, o mais organizado e abrangente movimento dos professores universitários e das escolas federais autárquicas: a greve nacional atinge 22 universidades e 7 escolas isoladas; são mais de 35 mil professores em todo o País que suspenderam suas atividades acadêmicas; estão sem aula cerca de 250 mil alunos.

A greve é, pois, praticamente total. Em nenhum movimento anterior se conseguiu obter o atual nível de adesão. E desta vez já a partir do primeiro dia do movimento.

A greve nacional é o recurso extremo de que se valem os professores universitários, depois de contatos e gestões com a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, o Diretor-Geral do DASP, José Carlos Freire, e o Ministro-Chefe da Casa Cívica, Leitão de Abreu, que objetivaram colocar para o Governo os pleitos e reivindicações da categoria.

Esses entendimentos e encontros entre autoridades da República e dirigentes da ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, realizados em novembro, dezembro, fevereiro e abril, não produziram nenhum efeito.

De um lado, a ANDES — reclamava perdas salariais e definia reivindicações, de outro o Governo prometia estudos e soluções, mas daí nada resultou de concreto.

Quando a direção da ANDES tomou conhecimento da existência de um excesso de arrecadação da ordem dos 10 trilhões de cruzeiros, o que evidenciava que o Governo dispunha de verbas e recursos, decidiu dar um prazo ao MEC, até o dia 2 de maio, para uma resposta: ou o Ministério apresentava proposições concretas e imediatas, ou o professorado universitário tomaria outras decisões.

Chegoi o dia 2 de maio, e a ANDES não teve nenhuma resposta. De lá, do dia 2 de maio em diante, os professores das universidades federais e escolas autárquicas federais começaram a realizar assembleias, debates e reuniões, que culminaram com a decisão de entrar em greve dia 15.

O movimento do professorado tem uma pauta unitária de reivindicações: reposição de 64,8% sobre os vencimentos de janeiro deste ano (para cobrir as perdas salariais de 1983); reajuste semestral conforme os índices do INPC já a partir de julho; piso salarial mínimo de 3 salários mínimos.

Além das reivindicações específicas da classe, o movimento reclama também mais verbas para o ensino, pes-

quisa e extensão nas universidades federais, de forma que se assegure a indispensável autonomia e a eficácia daquelas instituições.

São, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pleitos, reivindicações justas, legítimas. Não se trata, por outro lado, de um movimento apressado, precipitado. Vem sendo preparado de longo tempo, mas só se desencadeou a partir da mudez, da falta de resposta das autoridades, e principalmente da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz.

A greve não tem prazo para terminar: vai depender substancialmente do Governo, da atitude da Ministra, da abertura de um canal de diálogo, mas principalmente de soluções concretas, que minimizem (pelo menos) as graves dificuldades de uma categoria que tem capacidade de se mobilizar e resistir, e que neste momento exige a reposição do que lhe foi tirado e a garantia de que não ocorrerão novos e futuros confiscos.

Tenha a ANDES, tenham os professores em greve a nossa mais irrestrita solidariedade, nosso integral apoio, para as suas causas específicas, as suas reivindicações de classe, como para a sempre necessária e presente luta por maiores verbas e pela autonomia da Universidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao Deputado Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na sessão do Congresso da manhã de hoje, S. Ex^a, o Deputado Jorge Uequed, ocupou a tribuna para denunciar que a nomeação do Reitor se produziu em bases exclusivamente políticas, pelo apoio que proporcionou ao candidato a bancada pedessista, inclusive o Líder Nelson Marchezan. Esta versão é uma meia-verdade — e meia-verdade não é verdade. S. Ex^a reconheceu os dotes intelectuais, a cultura, o valor do Reitor nomeado. Entretanto, no mesmo jornal de que S. Ex^a se valeu para fazer a denúncia está o *currículo* do Reitor, Professor Francisco Luiz dos Santos Ferraz, um homem altamente qualificado. O Deputado Jorge Uequed esqueceu-se de dizer — daí a meia-verdade — que o Prof. Francisco Ferraz foi por duas vezes indicado para Reitor, sempre como primeiro nome da lista, sendo que da primeira vez, na votação para a elaboração da lista realizada em 1979, obteve 50 votos, contra 23 dados ao candidato com ele concorreu.

Há que se dizer que essa votação foi de elite, apenas para elaboração da lista. Entretanto, houve uma prévia, à qual compareceram 1.060 professores, portanto, com a participação da comunidade universitária, e o Prof. Ferraz foi também o mais votado. E na segunda vez, quando da votação, em 1983, para a elaboração da lista, o Prof. Ferraz obteve 34 votos, contra 29 dados ao outro candidato. Então, num espaço de quatro anos, por duas vezes consecutivas, foi o primeiro da lista para Reitor.

Assim, se a Bancada do PDS deu apoio à nomeação do Prof. Ferraz, fez-o muito bem, depois de encontrar respaldo, não só de toda a comunidade universitária, mas também daqueles competentes para a elaboração da lista.

O Professor Ferraz, conclui-se, é um homem benquisto e do agrado da comunidade universitária.

Peço que conste deste meu pronunciamento, para inserção nos Anais, a publicação do jornal *Zero Hora*, com o título "Uma Carreira toda Dedicada à Universidade, e o subtítulo" "A longa espera", que traz a biografia do Professor Ferraz — suas publicações, todos os cargos que exerceu, portanto, todo o currículo, sobremodo rico, que dignifica e honra o novo Reitor, que fez toda sua carreira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

O professor Francisco Luis dos Santos Ferraz recebeu ontem pela manhã em Porto Alegre, quando se encontrava na Secretaria do Instituto de Física da UFRGS, a notícia de sua nomeação para Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi o Ministro Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil da

Presidência da República, quem lhe telefonou de Brasília para informá-lo que, pouco antes, o Presidente Figueiredo despachara o expediente de escolha do novo Reitor da UFRGS, tendo confirmado a escolha de Francisco Ferraz — primeiro nome da lista sêxtupla encaminhada, após eleição pelos membros do Conselho Universitário. Depois do telefonema de Leitão de Abreu, Ferraz falou com a Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, agradecendo a indicação de seu nome.

Cedo para falar

À tarde, por volta das 14h30min, Francisco Ferraz retornava à Secretaria do Instituto de Física, ocupando sala que ele vai utilizar freqüentemente no período que antecederá sua posse a 6 de agosto vindouro. A notícia já se tornara de domínio público e era grande o número de colegas e amigos que o aguardavam para cumprimentá-lo.

Sorridente e recebendo muitos abraços, Ferraz evitou declarações envolvendo seus planos para a Reitoria ou com problemas momentâneos como a greve dos professores:

— Não é hora ainda de falar em planos, que a partir de agora é que poderão começar a ser equacionados, nem me cabe manifestar sobre problemas que a atual administração enfrenta, pois é de sua responsabilidade até o final do mandato. Até por questão ética não devo me pronunciar. Hoje é hora apenas de manifestar meu agradecimento e satisfação ao receber a incumbência honrosa de a partir de agosto assumir a Reitoria da UFRGS.

Uma longa espera

Francisco Ferraz, que aos 43 anos de idade chega à nomeação para a Reitoria da UFRGS, não escondia sua satisfação pelo desfecho de uma batalha na qual estava empenhado há muito tempo. Com sua carreira toda construída dentro da UFRGS — desde aluno da Faculdade de Direito, tendo-se formado bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1965, depois como monitor, professor de ciência política (após mestrado na Universidade de Princeton, EUA) e pró-reitor de Administração e Planejamento — Ferraz já poderia ter chegado a Reitor em 1980. Há quatro anos, como agora, ele também foi o mais votado e o primeiro da lista sêxtupla. Mas na disputa que então se estabeleceu entre Ferraz e o professor Paulo Lessa a decisão acabou provocando o surgimento de um *tertius* — o atual Reitor Earle McCarthy.

Desta vez também houve disputa de várias correntes, voltando a despontar Francisco Ferraz como o mais forte candidato. Houve uma "prévia", com a participação de todo o corpo docente da UFRGS e Ferraz foi o mais votado. No Conselho Universitário (com a participação de representantes do corpo docente, de várias entidades e do corpo discente — estes, afinal, retirando-se porque pretendiam adiar a escolha para abril) Ferraz voltou a ser o primeiro da lista eleita em dezembro último.

A longa espera de mais de quatro anos, finalmente, terminou ontem pela manhã para Francisco Luiz dos Santos Ferraz. Ele é o novo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Só falta tomar posse no dia 6 de agosto de 1984 — ano do cinquentenário da UFRGS.

Brasília-Poa

Até agosto, Ferraz vai continuar usando com freqüência a ponte aérea Brasília-Porto Alegre, dividindo seu tempo entre o exercício do cargo de Secretário-geral Adjunto do Ministério da Educação e Cultura (para onde foi a convite do ministro

Rubem Ludwig) e o planejamento do trabalho que pretende executar à frente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sua passagem pelo MEC, aliás — segundo seus colaboradores mais chegados — será muito importante, pela experiência e pelos contatos, para os rumos que pretende imprimir às atividades da UFRGS.

"Uma carreira toda dedicada à Universidade"

O futuro Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Francisco Luis dos Santos Ferraz, que durante as gestões dos Reitores Homero Só Jobim e Earle Marcarthy Moreira ocupou os cargos de Pró-Reitor de Planejamento e de Administração, nasceu no dia 12 de dezembro de 1940, na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, desempenha as funções de Secretário-geral Adjunto do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Francisco Ferraz é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRGS; Mestre em Ciência Política pela Universidade de Princeton (EUA) e candidato a doutorado em Ciência Política nessa mesma universidade. Ele já desenvolveu várias atividades docentes. Foi professor de Política Comparada do Departamento de Ciências Sociais da UFRGS; de Teoria Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); de Ciência Política no Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS; de Teoria Social no Mestrado em Sociologia Industrial da PUC, Coordenador de Pesquisa Aplicada do Instituto de Estudos Sociais e Políticos e Econômicos (IESPE) da PUC e professor responsável pela disciplina de Ciência Política no Curso de Mestrado em Economia da Escola de Administração Fazendária, em Brasília.

Publicações

Ferraz também desenvolveu inúmeras atividades em comissões examinadoras universitárias e realizou várias pesquisas. Entre os anos de 1970 a 1975, desenvolveu pesquisas sobre o tema "Comportamento Eleitoral do Rio Grande do Sul", no setor de Pesquisa em Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da UFRGS, e também sobre as eleições de 1974, 1976, 1978 e 1982 realizadas no Estado. Ele também pesquisou sobre as "Consequências Políticas da Urbanização", entre outros estudos realizados ao longo destes anos. Também participou de inúmeros congressos, seminários e reuniões científicas.

São incontáveis as atividades administrativas do atual Secretário-geral Adjunto do MEC. Atuou como membro do Colegiado do Departamento de Ciências Sociais da UFRGS no ano de 1971, sendo reeleito até o ano de 1976. Foi ainda membro da Câmara Especial de Pós-Graduação e Pesquisa do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa da UFRGS e primeiro coordenador do Curso de Mestrado de Sociologia e Ciência Política da UFRGS. No ano de 1975, o professor foi um dos membros da Comissão de Alto Nível para reconhecimento de títulos obtidos no País e no Exterior, da UFRGS, e entre os anos de 1976 e 1982 foi coordenador do Projeto de Construção do Novo Campus da Universidade.

Francisco Ferraz já publicou inúmeros trabalhos em revistas e jornais versando sobre vários temas, como: a urbanização como agente de integração social; a infra-estrutura social da democracia americana; partidos políticos no Brasil, entre outros. E ain-

da foi autor de um trabalho mimeografado pelo MEC, no ano de 1983, sobre tema "Necessidade de reformulação das relações administrativas entre o Governo Federal e as universidades autárquicas", e participou, em 1975, da publicação de dois volumes do livro "Perfil sócio-econômico das populações urbanas de baixa renda do Rio Grande do Sul."

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Lenoir Vargas, Srs. Congressistas, a Nação inteira espera de seus representantes no Congresso Nacional a continuação da luta pelas diretas já. Ninguém está entendendo a omissão daqueles que galvanizaram as atenções da opinião pública, levando às praças milhares, milhões de brasileiros, e que hoje se encontram no silêncio. Que é da luta pelas diretas já? Por que a Oposição está em silêncio?

Desta tribuna do Congresso Nacional, concitamos a Oposição e os Deputados do PDS favoráveis às diretas já a continuarem essa luta, que é a esperança do povo brasileiro. O início da solução do impasse, dos graves problemas por que passa o País, está na escolha direta do Presidente da República pelo sufrágio universal. O silêncio da Oposição no momento está a causar espanto, não só ao Deputado Wilmar Palis, que ocupa a tribuna neste instante, mas a toda Nação brasileira. Quando, nos palanques, gritavam — e nós aplaudíamos — aqueles que realmente encarnavam a luta pelas diretas já, alto e bom som, dizendo que a luta não pararia no dia 25 de abril, já se vislumbrava a possibilidade da derrota da Emenda Dante de Oliveira. O que vemos agora é um entorpecimento nessa luta. Temos de unir nossas forças, todos aqueles que acreditam ainda na aprovação das eleições diretas já, através das subemendas que subscrevemos à emenda proposta pelo Executivo, para que essas subemendas possam ser votadas, trazendo a alegria ao povo brasileiro, com a imediata eleição para Presidente da República pelo sufrágio universal. Por isso, diariamente, vamos convocar, desta tribuna, toda a Oposição e todos os Deputados e Senadores do PDS que lutam pelas diretas já, fazendo um chamamento ao povo, a todos aqueles que querem a eleição direta ainda neste ano ou no início do próximo ano, em janeiro. Este silêncio e esta omissão são muito graves, porque milhões de brasileiros estão tendo sua confiança fraudada pelas palavras daqueles que os levaram a acreditar que a classe política estava decididamente inclinada a lutar pelo maior anseio do povo, que é ter direito de escolher o primeiro mandatário do País.

Portanto Sr. Presidente, iniciamos esta investida, no bom sentido, ontem, aqui no Congresso Nacional; nós a prosseguimos hoje, na Câmara Federal, na sessão vespertina, e continuaremos, tanto quanto nos seja possível ocupar esta Tribuna. E vou concluir conclamando à luta todos os Parlamentares que deram sua palavra, que deram seu empenho publicamente, nos comícios e neste Congresso — empenho de sua palavra na Campanha inexorável pela volta das eleições diretas, porque o povo está sendo traído por essa omissão, o povo está sendo esquecido nesse silêncio. Isto, mais do que uma crítica de nossa parte, é uma exortação, é uma conclamação às Oposições unidas e aos Deputados e Senadores do PDS que lutaram pelas diretas-já. O povo está sendo traído nesse silêncio, o povo está sendo esquecido nessa omissão, e nós não podemos permitir que isso aconteça.

Concluo, nobre Senador-Presidente Lenoir Vargas, dizendo que acredito, dizendo que espero, dizendo que tenho a plena certeza de que, em dizendo eu — eu quero — em sentido figurado, expressar que é o povo que espera, que é o povo que anseia, que é o povo que exige o cumprimento das promessas pregadas nas praças públicas e levadas aos quadrantes do País. Elas não podem ter sido jogadas ao vento, porque terão sido traição daqueles que as proferiram à Nação brasileira. (Palmas.)

O Sr. Sinval Guazzelli — Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Na qualidade de Líder do PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Sinval Guazzelli.

O SR. SINVAL GUAZZELLI (PMDB — RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, relativamente à intervenção do nobre Deputado, Líder Djalma Bessa, em resposta a pronunciamento feito no dia de hoje pelo nobre Deputado Jorge Uequed, da bancada do Rio Grande do Sul, desejo esclarecer que em nenhum momento da sua intervenção o nobre representante rio-grandense fez qualquer reparo às credenciais do Professor Ferraz para ser o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os reparos feitos pelo nobre Deputado Jorge Uequed dizem respeito à intervenção de toda a direção e da bancada do PDS pela escolha daquele professor para a Reitoria.

É o que queria esclarecer, Sr. Presidente, para que não se dê a impressão de que o nobre Deputado Jorge Uequed teve considerações restritivas à competência do Prof. Ferraz. As críticas do nobre representante do Rio Grande do Sul disseram respeito tão-só e exclusivamente ao empenho conjunto de todo o PDS para que aquele nome fosse escolhido.

Feito este esclarecimento, Sr. Presidente, e ainda com vistas à intervenção, agora, do Sr. Deputado Wilmar Palis, gostaria de registrar que desta tribuna, especificamente nas sessões da Câmara, os Srs. Deputados têm reiterado suas manifestações pela causa do retorno das eleições diretas para Presidência da República. Eles têm registrado as suas posições e têm procurado dar ênfase a esta reivindicação, que é hoje de expressiva camada da população brasileira, para não dizer da quase-unanimidade do nosso povo.

O que me causa estranheza nesta hora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que, no momento em que a Comissão Mista examina a emenda proposta pelo Governo, em que as Oposições, juntamente com o Grupo Pró-Diretas do PDS, oferecem um substitutivo amplo à emenda do Governo, em que a palavra "negociação" está presente em todos os debates, em todas as conversas e no noticiário da imprensa, negociação a que se referiu o próprio Sr. Presidente da República. Nesta hora, de um lado, o Presidente do PDS está no exterior; de outro, o Sr. Presidente da República está arrumando as malas para uma longa viagem, uma longa peregrinação aos países do extremo-oriental, devendo, segundo notícias dos jornais, ficar ausente do País por cerca de vinte dias, praticamente três semanas.

Se o tema é a negociação, Sr. Presidente, esta é a hora da presença do Sr. Presidente da República, autor da emenda que está sendo discutida, autoridade maior na área do Governo para qualquer negociação. É a hora de o Senador José Sarney, Presidente do Partido Democrático Social, representando seu partido, conversar não apenas com seus companheiros, mas, inclusive, com as lideranças oposicionistas, para que, afinal de contas, haja entendimento. Só através dessas conversas é que se poderá iniciar a própria negociação política, a fim de que, com esforço, se possa, quem sabe, alcançar uma convergência em torno de pontos comuns que pudessem levar o Congresso Nacional a encontrar, na emergência que vivemos, a melhor solução com vista ao trato do problema.

Querida deixar, pois, registrada aqui esta realidade, Sr. Presidente, que, até de certa forma, nos surpreende: soube que ainda hoje o Presidente do meu partido, o nobre Deputado Ulysses Guimarães, teve desejo de conversar com o Senador José Sarney, Presidente do PDS, e que não pôde encontrá-lo para essa conversa, porque o Presidente do PDS não estaria aqui em Brasília, nem no Bra-

sil — segundo informam, teria viajado para o exterior. Se alguém ficou credenciado para as conversações que possam levar a um entendimento, ou a uma negociação futura, menos, mal, Sr. Presidente. Gostaria de saber de quem se trata, porque, no momento em que as Oposições entendessem oportuno, teriam a quem se dirigir, a fim de que não se crise aqui um hiato que poderá prolongar-se por três ou quatro semanas — quem sabe? — Quando o momento é exatamente de se discutirem os termos da emenda enviada ao Congresso pelo Governo e do oportuno substitutivo oferecido pelas Oposições, conjuntamente com o grupo pró-diretas do PDS, na busca do entendimento.

Era o registro que queria fazer, Sr. Presidente, nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ainda há pouco, ocupou a tribuna desta Casa o ilustre Deputado Wilmar Palis. Confesso, Sr. Presidente, que tenho profunda admiração pelo Deputado Wilmar Palis, pelo seu espírito cívico, pelo seu idealismo, pelo seu amor ao povo que tão bem representa nesta Casa. Ouvi seu apelo quase patético à Oposição, que parece ter abandonado a bandeira levantada durante dias e meses nas praças públicas deste País. Parece que, agora, vislumbrando a possibilidade de chegar ao poder pelas eleições indiretas, a Oposição adotara outro lema, erguera outra bandeira: a da "direta jaz". É esse, Sr. Presidente, o comportamento da Oposição brasileira — pelo menos, da sua grande maioria. Eu não diria, evidentemente, que de todos; seria injusto; mas, na verdade, o povo brasileiro foi profundamente enganado nas praças públicas. Prometeram-se eleições diretas já, porque naquela altura não havia a possibilidade visível de chegar-se ao Governo pelas indiretas. Todavia, parece que, agora, essa perspectiva se abriu aos olhos dessa mesma Oposição. E então não há mais o desejo de o povo votar já; não há mais a pressão da opinião pública no sentido de se votar agora. Isto já é passado; isto já é pretérito. Agora os mesmos Parlamentares que, nesta Casa, combateram o Colégio Eleitoral hoje já admitem que nele comparecerão. Mas é preciso ainda, talvez para garantir a vitória à Oposição nas indiretas, mudar também o Colégio Eleitoral. E que pregam agora os oposicionistas? Pregam um Colégio Eleitoral composto de vinte mil representantes, ou representado apenas pelo próprio Parlamento Nacional, como se, no Colégio Eleitoral previsto atualmente pela nossa Constituição, todos os Parlamentares não estivessem representados.

Meu caro Deputado Wilmar Palis, sei que V. Ex.^a é coerente com seus objetivos e com sua luta; sei que V. Ex.^a irá até o final defendendo a mesma bandeira, porque o conheço bem; mas sei também, Deputado Wilmar Palis, que V. Ex.^a, passados esses fatos todos que estão acontecendo e chegados todos nós às eleições indiretas, V. Ex.^a não abandonará o seu Partido. V. Ex.^a irá até o fim defendendo as diretas, porque essa é a grande bandeira autêntica que sempre levantou. Mas, superada essa fase no partido, a unidade partidária será preservada.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giarina.

O SR. VALMOR GIARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu não pretendia falar sobre este assunto no período de breves comunicações aqui no Congresso Nacional. Mas, ouvindo as palavras do nobre Deputado Adail Vettorazzo, não poderia calar-me, porque S. Ex.^a faz à Oposição duas graves acusações infundadas, sem o mínimo supor-

te de verdade. Primeiro, S. Ex^a diz que as Oposições enganaram o povo quando lhe ofereciam diretas já. Segundo, que as Oposições hoje, não conseguindo as diretas já, aceitam as indiretas. Sr. Presidente, nada mais falacioso que isto. Em momento algum, em praça pública, oferecemos aquilo que não poderíamos dar. Sempre, em todas as ocasiões, conclamamos o povo a nos ajudar a pressionar Deputados desta Casa, já que a pressão é uma arma democrática, pois é sabido — não tínhamos o número de dois terços para aprovar a Emenda Dante de Oliveira. E dizíamos dos riscos dessa campanha. Nós alertamos, naquela oportunidade, para dois pontos. Primeiro, para a subserviência de muitos Deputados, que não se renderiam à pressão popular; segundo, mostrávamos a ilegitimidade desse Colégio Eleitoral defunto, que só falta ser enterrado. Nunca houve, Sr. Presidente, maior verdade que essa que nós pregávamos em praça pública. Em momento algum fomos insinceros. E ninguém foi tão sincero com o povo como nós. Vencida aquela etapa, viemos ao Congresso Nacional e continuamos a nossa luta. E tanto continuamos que está aí uma subemenda ou um substitutivo à emenda do Sr. Presidente da República, subscrito por todos os Partidos de Oposição. E objetivando o quê? Diretas já. Continuamos nossa luta, aqui, neste Congresso, sem a mobilização que julgo necessária. Ocorre que as Lideranças do Partido entenderam que não seria o momento de continuar a mobilização. Este, o primeiro ponto. Quanto ao segundo, dizer-se que aceitamos as indiretas porque não conseguimos as diretas é uma outra inverdade, nobre Deputado Adail Vettorazzo. E eu lhe provo, neste momento, que é inverdade. Aqui tenho um documento repudiando o Colégio Eleitoral e, mais que isso — nós nos comprometemos perante à Nação, por uma questão de honra, a não virar as costas aos anseios nacionais, a não comparecer ao espúrio Colégio Eleitoral, seja em que circunstância forem. E esse documento — minoritário, é verdade — está subscrito por quarenta Parlamentares, inclusive por 5 nobres Senadores. Mas não é só isso. O documento não é um ato isolado. Tenho — e parece que caiu em minhas mãos este documento providencialmente — para a resposta final ao Deputado Adail Vettorazzo, recorte do **Jornal do Brasil**, edição de anteontem, dia 16-5, que diz o seguinte:

“Ir ao Colégio Eleitoral será de importância grave, afirmou ontem o Deputado Ulysses Guimarães. O Colégio Eleitoral não suporta a disputa. Ele foi montado para homologar o candidato do sistema”.

E, mais adiante:

“Irritado com as versões de que o partido poderia disputar no Colégio Eleitoral, Ulysses Guimarães advertiu: vamos ter brevemente a ocorrência de muitos fatos que vão surpreender a opinião pública nacional”.

Ora, Sr. Presidente, quem repudia o Colégio Eleitoral é porque quer eleições diretas, já. Há várias maneiras de se lutar por eleições diretas, já: ou na praça pública, onde lutamos durante mais de 30, 40, 50 dias, ou no Congresso Nacional, que é a segunda etapa da luta. Mas não é verdade que enganamos o povo e que desistimos de lutar pela maior aspiração nacional.

Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância da Mesa que, tenho certeza, me concedeu alguns minutos a mais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura das Mensagens nºs 50 e 51, de 1984-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.100 e 2.101, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, da Proposta de Delegação Legislativa nº 5, de 1979, que propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia, tendo

PARECER, sob nº 192, de 1983-CN, da Comissão Mista, pela rejeição da Proposta.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutí-la, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada a proposta na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetida ao Senado.

A matéria vai ao arquivo.

É a seguinte a matéria rejeitada

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA Nº 5, de 1979

Propõe a delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia.

(Do Sr. Horácio Ortiz e Outros.)

Senhor Presidente do Senado Federal:

Propomos que, em conformidade com o preceituado no art. 52 da Constituição Federal e art. 119 do Regimento Comum sejam delegados poderes ao Senhor Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério da Energia.

A lei delegada deverá:

1 Criar a estrutura básica do Ministério das Minas e do Ministério da Energia.

2 Estabelecer os seguintes assuntos com atribuições privativas do Ministério das Minas.

a) Geologia e recursos minerais;

b) Mineração;

c) Indústria do petróleo.

3. Estabelecer os seguintes assuntos como atribuições privativas do Ministério de Energia.

a) Recursos energéticos;

b) Regime hidrológico e fontes de energia hidráulica;

c) Indústria de Energia Elétrica, inclusive de natureza nuclear.

4. Especificar os órgãos e entidades paraestatais que comporão cada um dos dois Ministérios.

5. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de sua promulgação, para a respectiva regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	..	Cr\$	3 000,00
Ano	...	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	.	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	..	Cr\$	3 000,00
Ano	...	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	.	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 50,00